



# Portugal no espaço ibero-americano



**João Gomes Cravinho\***

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal

---

*O compromisso de Portugal com os países americanos da CIB é uma das linhas de força da nossa política externa, que temos procurado reforçar quer a nível nacional, quer no âmbito das estruturas regionais de que fazemos parte, desde logo a União Europeia mas também a comunidade de países de língua portuguesa.*

Atualmente a Ibero-américa corresponde a um espaço geoestratégico com cerca de seiscentos milhões de pessoas, unido por laços com mais de quinhentos anos de História, que confluíram numa singular comunidade de reflexão, concertação e cooperação, assente na defesa de valores democráticos, da promoção do bem-estar e do crescimento sustentável.

---

\*João Gomes Cravinho é Doutoramento em Ciência Política, pela Universidade de Oxford, e com mestrado e licenciatura pela London School of Economics. Foi embaixador da União Europeia no Brasil, desde agosto de 2015 a outubro de 2018, tendo desempenhado o mesmo cargo na Índia entre 2011 e 2015. Entre março de 2005 e junho de 2011, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais. Anteriormente, exerceu atividade de docência enquanto professor de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e professor convidado no ISCTE e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Desempenhou funções de consultor do Instituto de Defesa Nacional, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Comissão Europeia e do Banco Mundial. Entre 2001 e 2002, presidiu ao Instituto da Cooperação Portuguesa. Concluiu o curso Leadership for Senior Executives na Harvard Business School, em abril de 2018. Foi relator para o Sector Judicial, Missão do Banco Mundial em Timor-Leste (Joint Assessment Mission for East Timor), em 1999. No mesmo ano, foi coordenador e membro de uma missão de observadores internacionais à consulta popular em Timor-Leste. Autor do livro «Visões do Mundo» (2002), publicou numerosos artigos em revistas académicas especializadas e em jornais sobre temas relacionados com Política de defesa, Cooperação e Relações internacionais. Foi Ministro da Defesa Nacional do XXI Governo Constitucional, desde outubro de 2018, e do XXII Governo Constitucional.

Desde a institucionalização da Conferência Ibero-americana (CIB), em 1991, que Portugal tem vindo a aprofundar o relacionamento entre o espaço ibérico europeu e o espaço latino-americano. Mas a génese dos laços portugueses com a América Latina e o Caribe (ALC) precede esse momento, ancorando-se em vínculos com séculos de existência que não se esgotam na nossa relação de proximidade com o Brasil, com quem partilhamos a mesma língua. Esse é aliás um traço distintivo da CIB, que constitui o único organismo internacional fundado na comunhão de duas línguas partilhadas por vinte e dois países: o espanhol e o português, que coexistem numa enriquecedora heterogeneidade linguística e de dialetos nos continentes que a encerram: a Europa, através de Portugal, Espanha e Andorra, e os países da América Latina e Caraíbas.

Num momento em que o sistema multilateral enfrenta o mais grave desafio das últimas décadas, as nações veem-se hoje confrontadas com a necessidade de reformar o modelo de governação internacional para fazer face a múltiplas crises provocadas pela guerra, pela pandemia, pelas alterações climáticas e pelos impactos que delas derivam. Esta conjuntura geopolítica em constante evolução introduz novos reptos e oportunidades para as parcerias de âmbito regional como a ibero-americana. O futuro da nossa cooperação tem que focar-se nas seguintes prioridades: mais

multilateralismo; mais ibero-américa; mais parceria estratégica entre a União Europeia (UE) e a ALC; e mais cooperação bilateral e trilateral.

Num momento em que o sistema multilateral enfrenta o mais grave desafio das últimas décadas, as nações veem-se hoje confrontadas com a necessidade de reformar o modelo de governação internacional para fazer face a múltiplas crises provocadas pela guerra, pela pandemia, pelas alterações climáticas e pelos impactos que delas derivam.

O pacto político ibero-americano passa desde logo pela renovação do nosso vínculo à Carta das Nações Unidas na senda das propostas do Secretário-Geral das Nações Unidas para a “Nossa Agenda Comum” e aos princípios basilares do direito internacional no sentido de preservar o multilateralismo e uma ordem mundial assente em regras, unindo esforços com vista à concretização de agendas partilhadas.

O compromisso de Portugal com os países americanos da CIB é uma das linhas de força da nossa política externa, que temos procurado reforçar quer a nível nacional, quer no âmbito das estruturas regionais de que fazemos parte, desde logo a União Europeia (UE) mas também a comunidade de países de língua portuguesa (CPLP). Este impulso manifesta-se por um lado através da nossa rede diplomática e consular cobrindo os países que compõem a CIB. Por exemplo, desde 2018 que contamos com um escritório da OEI em Lisboa. Mas manifesta-se também, por outro lado, no contexto de integração europeia onde Portugal tem sistematicamente advogado o reforço das relações da União Europeia com a América Latina e o Caribe, tal como defendemos no *Non Paper* que apresentámos no Conselho de Negócios Estrangeiros da EU em julho deste ano. Nesta matéria é evidente que o fortalecimento das relações não pode deixar de passar pela conclusão urgente dos acordos comerciais, desde logo com o Chile, o México e o Mercosul. A União Europeia permanece a maior fonte de investimento direto estrangeiro na ALC e o terceiro maior parceiro comercial, pouco atrás dos EUA e da China. São também de salientar várias Iniciativas “Equipa Europa” de âmbito regional, orientadas para a região, com enfoque na transição verde e digital e na coesão social. Na sua implementação, Portugal terá uma atenção especial para o combate às desigualdades e para

a promoção do empoderamento de mulheres e raparigas, bem como para a promoção dos direitos das pessoas mais vulneráveis, incluindo crianças, refugiados, pessoas deslocadas e migrantes, assim como povos indígenas. O envolvimento de organizações da sociedade civil, incluindo de mulheres e jovens, constitui uma pedra angular de qualquer sistema democrático e será fundamental para garantir a sustentabilidade dos resultados.

No atual contexto, a cooperação para o desenvolvimento, a educação e a cidadania global para o desenvolvimento sustentável assumem um papel central na reflexão, compreensão e interação atual sobre e com o mundo. Nesse sentido, a “Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável” apresenta-se como um processo educativo fundamental para capacitar os cidadãos e cidadãs para melhor compreenderem os problemas globais e refletirem criticamente sobre possíveis formas de promover uma mudança social positiva. Nessa medida, cientes da necessidade de trazer para o espaço ibero-americano o exercício da cidadania global, Portugal apresentou, e lidera, a Iniciativa Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável. Esta visa promover a tomada de consciência da sociedade civil dos países participantes acerca dos desafios económicos, sociais e ambientais que enfrentamos. Pretende, igualmente, promover um desenvolvimento mais sustentável

e resiliente, tanto a nível local como global, incluindo o papel de todos nos esforços de implementação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nesta que é a última década de ação para a concretização da Agenda 2030, uma prioridade para a Ibero-América.

A “Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável” apresenta-se como um processo educativo fundamental para capacitar os cidadãos e cidadãs para melhor compreenderem os problemas globais e refletirem criticamente sobre possíveis formas de promover uma mudança social positiva.

É na diversidade de alianças que Portugal se apresenta tradicionalmente como construtor de pontes, aproximando distâncias geográficas, históricas e políticas em cada momento da história. Daí a importância que Portugal atribui ao papel catalisador da CIB na cooperação triangular e Sul-Sul, nomeadamente com África e em particular junto dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), capitalizando os

laços de cooperação e as afinidades linguísticas entre os espaços. Aqui temos um enorme potencial a explorar, que pode ser importante para a recuperação e crescimento da Ibero-América, existindo já vários projetos em curso em conjunto com países latino-americanos e países africanos. A título de exemplo: foi assinado com a Colômbia, em 2021, um Protocolo de Cooperação Triangular Portugal-Colômbia-São Tomé; com o Chile, desde 2016 está em vigor um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de projetos de cooperação triangular em países de língua oficial portuguesa; e em 2017 decorreu no Chile a primeira iniciativa no contexto deste Memorando, com formandos de Moçambique e de Angola. No âmbito do reforço da articulação entre a CIB e a CPLP e entre países da América Latina e países lusófonos, são já vários os Estados latino-americanos que têm o estatuto de Observadores associados da CPLP (Uruguai, Peru, Argentina e Chile). Na Cimeira de Luanda, de julho de 2022, a própria CIB obteve o estatuto de Observador Associado da CPLP. Esta foi a primeira vez que uma organização internacional submeteu, e obteve, um pedido de associação à CPLP. A CPLP também submeteu a sua candidatura a Observador Consultivo da CIB, em 2020, esperando-se que possa ser em breve concretizada.

O futuro de qualquer comunidade político-diplomática também passa pelas pessoas que a integram.

Enquanto a Península Ibérica continua a ser destino de imigração para muitos latino-americanos, há também muita procura de oportunidades por parte de emigrantes ibéricos em sentido contrário, em grande medida devido à facilidade de integração proporcionada pela língua. Portugal considera que o espaço ibero-americano deve espelhar a estreita cooperação entre os Estados Membros de língua portuguesa e de língua espanhola, promovendo a convivência e o equilíbrio entre os dois idiomas. Apoiaremos, nesse sentido, um reforço do bilinguismo no seio do espaço ibero-americano. Com mais de 600 milhões de falantes na Ibero-América (800 milhões se tivermos em conta o mundo lusófono) o espanhol e o português têm forte potencial e valor económico enquanto instrumento de comunicação, de negócios, de ciência e de cultura. A aposta na promoção e projeção internacional das duas línguas visando uma mais ampla circulação e utilização do português e do espanhol constitui uma ferramenta importante para o crescimento económico da ibero-américa no reforço das trocas comerciais e investimento, do turismo, impulso das comunicações e tecnologias de informação.

Do ponto de vista bilateral, ao longo destes anos, tem sido visível um estreitamento dos laços de Portugal com os países da Ibero-América, com contactos políticos mais frequentes, cooperação mais ampla em vários setores e uma maior densidade no relacionamento económico.

Em termos de investimento, é de ressaltar a expansão das atividades das empresas portuguesas em novos mercados (como a Colômbia, Peru, México e Chile), para além dos mercados tradicionais do Brasil, Venezuela e Uruguai e Argentina (por força das relações históricas e da existência de importantes comunidades portuguesas). A intenção de organizar um Fórum de pequenas e médias empresas ibero-americanas em Portugal este ano é resultado disso mesmo.

Do ponto de vista bilateral, ao longo destes anos, tem sido visível um estreitamento dos laços de Portugal com os países da Ibero-América, com contactos políticos mais frequentes, cooperação mais ampla em vários setores e uma maior densidade no relacionamento económico.

Esta vontade de alargar e intensificar a cooperação prossegue em várias direções, sendo disso exemplo o envolvimento de diversos países da América Latina em iniciativas portuguesas recentes como o *AIR Centre* e o *Atlantic Centre*, centradas respetivamente na cooperação

científica e tecnológica e na vertente de segurança e defesa do Atlântico.

Também do ponto de vista da segurança energética internacional, pelo seu posicionamento atlântico face aos países ibero-americanos, o porto português de Sines pode desempenhar um papel crucial na diversificação de fornecedores. Estas infraestruturas podem e têm condições para ser um porto de acolhimento, de armazenamento e de trasbordo de gás, com origem em múltiplas rotas atlânticas e outras origens. Vários investimentos em matéria de produção de hidrogénio verde têm vindo a ser anunciados na América Latina, complementando a oferta e o potencial deste importante ativo nacional. Estas são algumas das prioridades da política portuguesa na vertente ambiental e energética, norteadas pelo objetivo da neutralidade climática em 2050, numa visão integrada de gestão eficiente de recursos e de maximização das potencialidades do nosso território. No âmbito da transição digital, é de destacar a inauguração em 2021 do cabo submarino de fibra ótica *EllaLink* ligando a Europa à América do Sul, entre Sines e Fortaleza, no Brasil. Com financiamento europeu, é um resultado muito concreto do que a cooperação entre os dois lados poderá alcançar. Traduz-se em ligações de alta qualidade, rápidas, estáveis e seguras, que atraem centros de dados e empresas digitais. (Recorde-se que antes desta ligação tão recente, toda e qualquer transmissão de dados

entre a Europa e a América Latina passava pela Flórida). Outra prioridade nacional passa pelo aprofundamento de colaboração em matéria de economia azul e utilização sustentável dos recursos marinhos. Portugal tem procurado trazer o nexu oceanos-clima para o plano multilateral, um esforço que culminou com a II Conferência dos Oceanos das Nações Unidas em Lisboa, consolidando este tema na agenda internacional de forma irreversível. Neste âmbito, foi visível que partilhamos com os nossos parceiros ibero-americanos muitos objetivos e a pertença a diversas iniciativas de interesse partilhado, existindo um potencial considerável de cooperação e de apoio mútuo no âmbito da gestão sustentável dos oceanos, o facto de a Costa Rica ser um dos coanfitriões da próxima UNOC é reflexo dessa agenda comum.

Com nenhum outro lugar do mundo partilhamos com tanta proximidade os mesmos valores básicos e raízes filosóficas na política e na sociedade. Na América Latina e Caraíbas, como na Europa, há uma diversidade de expressões políticas nem sempre convergentes, mas é muito mais o que nos une que aquilo que nos separa. É na força da nossa cooperação entre iguais que trazemos valor acrescentado à ordem internacional.